

RESOLUÇÃO No. 435

**MEDIDAS REVISTAS PARA A ARRECADAÇÃO DAS COTAS
DEVIDAS AO INSTITUTO**

O COMITÊ EXECUTIVO, na Vigésima Quinta Reunião Ordinária,

TENDO VISTO:

O relatório da reunião de 2005 da Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais, constante do documento IICA/CE/Doc.457(05); e

CONSIDERANDO:

Que, pela Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03), a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) adotou as “Medidas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”;

Que, mediante a Resolução IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04), o Comitê Executivo recomendou que a JIA modificasse a Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03) com retroatividade a 1º de janeiro de 2004 para dar ao Diretor-Geral a opção de consultar o Comitê Executivo ou a JIA, antes de aplicar tais medidas, a fim de obter o seu parecer nos casos em que, a critério do Diretor-Geral, a “execução de algumas ou de todas as medidas destinadas à arrecadação das cotas atrasadas for incompatível com os interesses maiores do IICA”; e

Que a Comissão Especial de Assuntos Gerenciais (CCEAG), em sua reunião de março de 2005, recomendou que o Diretor-Geral, juntamente com o Assessor Jurídico, apresentasse uma proposta, como projeto de resolução, que esclarecesse certas ambigüidades existentes nas resoluções IICA/JIA/Res.392(XII-O/03) e IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04) de modo a facilitar a aplicação das referidas Medidas, em conformidade com o artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e com as normas e regulamentos do IICA,

RESOLVE:

Recomendar à Junta Interamericana de Agricultura que aprove, em sua Décima Terceira Reunião Ordinária, uma resolução que revogue o Anexo à Resolução IICA/JIA/Res.392(XII-O/03), intitulada “Medidas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”, e o substitua pelo documento “Medidas Revistas para a Arrecadação das Cotas Devidas ao Instituto”, que complementa esta resolução como Anexo I.

ANEXO I

MEDIDAS REVISTAS PARA A ARRECADAÇÃO DAS COTAS DEVIDAS AO INSTITUTO

I. DEFINIÇÕES

Para os fins destas medidas deverão aplicar-se as seguintes definições:

- A. Situação em dia: um Estado membro é considerado em “situação em dia” quando tenha quitado a totalidade das cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA.
- B. Situação regular: um Estado membro é considerado em “situação regular” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA não estejam atrasadas por mais de dois anos completos.
- C. Situação especial: um Estado membro é considerado em “situação especial” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA estejam atrasadas por mais de dois anos completos, tenha acordado com o Diretor-Geral um cronograma de pagamento de todo o montante devido e concorde plenamente com o referido cronograma de pagamento.
- D. Situação em mora: um Estado membro é considerado em “situação em mora” quando as cotas que lhe são fixadas para o Fundo Regular do IICA estejam atrasadas por mais de dois anos e não atenda a todos os requisitos acima referidos para estar em situação especial.
- E. Anos de inadimplência: é o número de anos com dívidas das cotas fixadas para o Fundo Regular até 1º de julho do ano corrente, independentemente de haver o Estado Membro se comprometido com um cronograma de pagamento e de o estar cumprindo.

II. NORMAS PARA CALCULAR A SITUAÇÃO E OS ANOS DE INADIMPLÊNCIA COM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DESTAS MEDIDAS

- A. O artigo 86 do Regulamento da Direção-Geral e o artigo 70 do Regulamento da Junta Interamericana de Agricultura (JIA) dispõem que as cotas serão “consideradas devidas desde o primeiro dia do ano de cada exercício financeiro”. No entanto, esses artigos não se aplicarão para determinar a situação de um Estado membro nos termos destas Medidas.
- B. Durante o ano corrente, um Estado membro manterá a situação em que se encontrava em 31 de dezembro do ano anterior, desde que efetue um pagamento no mesmo valor da cota do ano corrente até 30 de junho desse ano. Se tal pagamento não for efetuado até 30 de junho, isso implicará revisão da situação.
- C. Ao efetuar pagamentos adicionais durante o ano corrente, um Estado membro que ainda não esteja na situação em dia poderá melhorar sua condição a qualquer momento durante esse ano.
- D. De acordo com o artigo 84 do Regulamento da Direção-Geral, as receitas provenientes de cotas “serão creditadas ao saldo pendente de pagamento correspondente ao exercício mais antigo do fundo respectivo em que houver débito”.

III. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS DO IICA EM SITUAÇÃO EM DIA

- A. Os direitos e privilégios dos Estados membros do IICA em situação em dia compreendem, entre outros, os seguintes:
 - 1. o direito de voto no Comitê Executivo e na Junta Interamericana de Agricultura;
 - 2. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
 - 3. o direito dos cidadãos de seus países de ocupar o cargo de Diretor- Geral;
 - 4. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
 - 5. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
 - 6. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA;
 - 7. o direito de atuar na Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais;
 - 8. o direito de receber dotações do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país;
 - 9. o privilégio de servir de sede para reuniões do IICA com financiamento parcial ou total do orçamento do Fundo Regular do IICA¹;
 - 10. o privilégio de receber dotações extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.
- B. A supressão de qualquer direito ou privilégio estabelecido no item A anterior não exclui outros direitos e privilégios de que os Estados membros do IICA possam desfrutar.

IV. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS DO IICA EM SITUAÇÃO REGULAR E ESPECIAL

- A. Os Estados membros em situação regular desfrutarão de todos os direitos e privilégios previstos na situação em dia, descritos no item III, A, anterior, exceto o privilégio de receber dotações extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.
- B. Os Estados membros em situação especial desfrutarão de todos os direitos e privilégios previstos na situação em dia, descritos no item III, A, anterior, exceto o privilégio de receber dotações

¹ Para os fins do direito a este privilégio, o financiamento do Fundo Regular do IICA não inclui os recursos utilizados para o pagamento dos salários de membros do quadro de pessoal que devam participar de tais reuniões, independentemente de onde se realizem.

extraordinárias do Subfundo de Trabalho do Fundo Regular autorizadas pelo Comitê Executivo nos termos do artigo 90 do Regulamento da Direção-Geral.

V. DIREITOS E PRIVILÉGIOS DOS ESTADOS MEMBROS EM SITUAÇÃO EM MORA

A. O Estado membro em situação em mora terá suspenso o direito de voto, a menos que a JIA ou o Comitê Executivo, conforme o caso, determine, nos termos do artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e com as normas correspondentes, “que a falta de pagamento se deve a circunstâncias alheias à vontade desse Estado”.

B. Com relação aos demais direitos e privilégios estabelecidos no item III, A, anterior, o Estado membro em situação em mora desfrutará apenas dos direitos e privilégios abaixo indicados, de acordo com o número de anos de inadimplência:

1) Mais de dois exercícios financeiros completos em mora, mas menos de três:

- a. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
- b. o direito dos cidadãos de seu país a ocupar o cargo de Diretor-Geral;
- c. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
- d. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
- e. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 10% do montante autorizado;
- f. o direito de atuar na Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais;
- g. o direito de receber dotações do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.

2) Três exercícios financeiros completos em mora, mas menos de quatro:

- a. o direito de apresentar candidatos ao cargo de Diretor-Geral;
- b. o direito dos cidadãos de seu país de ocupar o cargo de Diretor-Geral;
- c. o direito de indicar candidatos para atuar nos comitês e ocupar cargos de direção em tais comitês;
- d. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
- e. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 20% do montante autorizado;
- f. o direito de atuar na Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais;
- g. o direito de receber dotações do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.

3. Quatro exercícios financeiros completos em mora, mas menos de cinco:

- a. o direito de seus cidadãos a preferência nas contratações;
- b. o direito a um Escritório do IICA em seu território financiado, em parte, pelo Fundo Regular do IICA, com redução, no entanto, de 40% do montante autorizado;
- c. o direito de atuar na Comissão Consultiva Especial de Assuntos Gerenciais;
- d. o direito de receber dotações do orçamento do Fundo Regular do IICA para projetos no país.

4. Cinco ou mais exercícios financeiros completos em mora: nenhum dos direitos e privilégios estabelecidos no item III. A, anterior.

VI. SUSPENSÃO DO DIREITO DE VOTO

- A. A decisão de suspender ou não o direito de voto de um Estado membro em situação em mora é exclusivamente da JIA e do Comitê Executivo, conforme o caso, de acordo com o artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- B. O direito de voto poderá ser restituído automaticamente quando um Estado membro em situação em mora passar para situação especial, situação regular ou situação em dia. Também poderá ser restituído pelo Comitê Executivo ou pela JIA mediante a apresentação de requerimento por parte do Estado interessado, conforme estabelece o artigo 6.4 do Regulamento para Aplicação do Artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.

VII. SUSPENSÃO DO IMPACTO ECONÔMICO DA SITUAÇÃO EM MORA, QUANDO SEJA DO INTERESSE MAIOR DO INSTITUTO²

- A. Se o Diretor-Geral determinar que não seja do interesse maior do Instituto aplicar a qualquer Estado membro em situação em mora os níveis reduzidos de financiamento no caso de projetos e de apoio ao Escritório, o Diretor-Geral deverá consultar inicialmente o Comitê Executivo ou a JIA antes de aplicá-los e propor a suspensão ou modificação da redução estabelecida. Essa consulta será feita por correspondência, se não estiver programada uma reunião da JIA ou do Comitê Executivo dentro dos noventa dias seguintes à data em que o Estado membro se tornar sujeito à aplicação de tais reduções.
- B. A JIA ou o Comitê Executivo, conforme o caso, poderá considerar a proposta do Diretor-Geral no sentido de não aplicar os níveis reduzidos e poderá aprovar a proposta ou qualquer outra redução menor que considerar apropriada. Se a JIA ou o Comitê Executivo recusar a proposta e não oferecer alternativa ou se não responder dentro de trinta dias a consulta feita por correspondência, o Diretor-Geral aplicará as reduções estabelecidas nestas Medidas.
- C. No caso de o Diretor-Geral decidir fazer a consulta e formular uma proposta conforme estabelece esta seção, o Estado interessado será devidamente notificado com suficiente antecedência para que explique sua posição aos demais Estados membros antes de o Comitê Executivo ou a JIA decidir a respeito da proposta.
- D. Para efeitos desta disposição, entre “os interesses maiores do Instituto” estão os “fins” estabelecidos no artigo 3 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura e os programas e políticas adotados pelo Instituto para alcançar esses fins.

VIII. INSTRUÇÕES SOBRE OS CRONOGRAMAS DE PAGAMENTO

- A. O cronograma de pagamento será apresentado por escrito e assinado pelo Diretor-Geral e pelo representante devidamente autorizado do Estado membro interessado.
- B. O cronograma estabelecerá o pagamento do valor total devido durante um período não superior a quarenta e oito meses.
- C. O cronograma obrigará o Estado membro interessado a efetuar um pagamento, dentro de quinze dias após sua assinatura, no valor, no mínimo, igual à cota fixada para o ano corrente, e a efetuar um pagamento em cada ano subsequente da vigência do cronograma no valor, no mínimo, igual à cota fixada para cada um desses anos.

² Esta seção das Medidas passou a vigorar em 1º de janeiro de 2004 e substitui a recomendação do Comitê Executivo constante no Anexo B da Resolução IICA/CE/Res.417(XXIV-O/04).

- D. O Diretor-Geral poderá negociar com os Estados membros condições de pagamento para liquidação de débitos em moeda nacional, imóveis ou outros ativos de valor e aceitá-las *ad referendum* do Comitê Executivo e exclusivamente com base no seguinte:
1. quando se tratar de moeda nacional ou outros ativos de valor, o Instituto não deverá ser prejudicado financeiramente ante a aceitação de pagamento em moeda ou ativos; e
 2. quando se tratar de imóveis, as condições específicas previstas no artigo 4.20 do Regulamento Financeiro, a respeito da aceitação de doações de direitos em propriedade imobiliária, deverão ter sido atendidas, e durante um período razoável o Instituto deverá obter renda ou formar poupança pela ocupação, uso, venda ou aluguel do imóvel num montante igual ou superior ao valor dos débitos correspondentes.

IX. NOTIFICAÇÃO DE SITUAÇÃO ANTES DE ELEIÇÕES E REUNIÕES

- A. Quando forem distribuídos aos Estados membros documentos apresentados por um Estado membro indicando candidato, a Direção-Geral informará, na correspondência em que transmitir tal indicação, se a situação desse Estado membro ou do Estado membro de cidadania do candidato, se for diferente, é em dia, regular, especial ou em mora. Também deverá indicar o número de anos de inadimplência desse ou desses Estados membros.
- B. A lista dos Estados inadimplentes, a ser enviada antes das reuniões da JIA e do Comitê Executivo nos termos do artigo 3.1 do Regulamento para Aplicação do Artigo 24 da Convenção sobre o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, deverá indicar, *inter alia*, a situação de cada Estado membro com base nestas Medidas e o número de anos, se for o caso, de inadimplência.